



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETO Nº 1328/2022**

**APROVA INSTRUÇÃO NORMATIVA, PROPOSTA PELA  
SECRETARIA DE FAZENDA DE SANTA MARIA DE  
JETIBÁ.**

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a CI/PMSMJ/CONTROLADORIA GERAL Nº 065/2022, protocolizada em 17/10/2022, sob o nº 009697/2022;

- considerando a Resolução 227/11 e alterações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;

- considerando que o Controle Interno previsto no art. 2º, incisos I a XLI da Lei Municipal 1464/2012 deve ser regido por normas de procedimentos específicos para execução das atividades setoriais;

- considerando finalmente o disposto nos art.53, 56, incisos I, IV, Art.72, incisos VI, XXIV, XL da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica aprovada a Instrução Normativa da Secretaria de Fazenda, fazendo parte deste decreto:

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SISTEMA FINANCEIRO - SFI – 002/2020 – VERSÃO 02 -  
“Ordem Cronológica de Pagamentos das Obrigações Financeiras do Município de  
Santa Maria de Jetibá - ES”.**

**Art. 2º.** Revoga-se disposições em contrário.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.**

Santa Maria de Jetibá-ES, 24 de Outubro de 2022.

**HILÁRIO ROEPKE**  
Prefeito Municipal



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**SECRETARIA DE FAZENDA**  
**INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI - 002/2020**  
**VERSÃO - 02**

**“Ordem Cronológica de Pagamentos das Obrigações Financeiras do Município de Santa Maria de Jetibá - ES”.**

**CAPÍTULO I**  
**DA FINALIDADE**

**Art. 1º.** Esta Instrução Normativa tem por finalidade disciplinar as rotinas e procedimentos para cumprir a observância da Ordem Cronológica de Pagamentos das Obrigações Financeiras relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, no Município de Santa Maria de Jetibá - ES.

**CAPÍTULO II**  
**DA ABRANGÊNCIA**

**Art. 2º.** A presente Instrução Normativa abrange todas as Unidades da Estrutura Organizacional, das Administrações Direta e Indireta, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Santa Maria de Jetibá - ES.

**CAPÍTULO III**  
**DA BASE LEGAL**

**Art. 3º.** A presente Instrução Normativa Integra um conjunto de ações, de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo Municipal, no sentido de disciplinar as rotinas e procedimentos para cumprir a observância da Ordem Cronológica de Pagamentos das obrigações financeiras relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, sobre o qual dispõem:

I. Artigo 5º da Lei nº 8.666/1993;

II. Lei nº 10.520/2002;

III. Lei nº 4.320/1964.

**CAPÍTULO IV**  
**DAS RESPONSABILIDADES**

**Art. 4º.** São responsabilidades da Secretaria de Fazenda como unidade responsável pela Instrução Normativa:

I. Promover a divulgação e implementação desta Instrução Normativa, mantendo-a atualizada e supervisionando sua aplicação;

II. Manter a Instrução Normativa à disposição de todas as Secretarias Municipais, zelando pelo fiel cumprimento da mesma;

III. Cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos de controle e prazos e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

**CAPÍTULO V**  
**DOS PROCEDIMENTOS**  
**Sessão I – liquidação**

**Art. 5º.** Respeitada a Ordem de classificação dos créditos, será realizada a Liquidação Contábil da despesa, de acordo com o Artigo 63 da Lei nº 4.320/1964.

**Art. 6º.** A Ordem Cronológica de exigibilidade das Obrigações financeiras terá início na data do registro contábil da Liquidação da Despesa e será suspensa até que:

I. Efetuada a Entrega por parte do fornecedor, de toda documentação exigida pelas normas em vigor;

II. Sanadas as pendências relativas à execução do contrato;

III. Regularizada qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação, momento em que o fornecedor será reposicionado na ordem cronológica a partir de sua regularização.

**Art. 7º.** O fiscal do contrato adotará as providências necessárias para concluir a etapa da liquidação com a certificação do adimplemento da obrigação, no período estipulado no instrumento contratual, e ao final atestar a despesa na Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente.



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**SECRETARIA DE FAZENDA**  
**INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI - 002/2020**  
**VERSÃO - 02**

**Art. 8º.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser remetida à Secretaria de Fazenda no dia do atesto ou com justificativa, no dia útil imediatamente posterior ao de atesto para a liquidação contábil da despesa.

**Sessão II - Pagamento**

**Art. 9º.** Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria nas terças-feiras e quintas-feiras, observada a ordem cronológica das liquidações.

§ 1º. Com exceções de feriados ou relevante interesse público;

§ 2º. Os dias de pagamento deverão obrigatoriamente constar nos contratos firmados à partir da aprovação desse dispositivo legal;

§ 3º. O disposto no artigo não se aplica a pagamento de pessoal.

**Art. 10.** O pagamento das obrigações contratuais deverá observar a Ordem Cronológica de exigibilidade, relativas ao:

- I. Fornecimento de bens,
- II. Locações,
- III. Realização de obras e
- IV. Prestação de serviços e se dará:

a) Por Unidade Gestora;

b) Por Fonte de Recursos;

c) Por data do registro contábil da Liquidação da despesa em sistema informatizado, de acordo com o Artigo 63 da Lei nº 4.320/1964.

**Art. 11.** Os credores de contratos a serem pagos com recursos vinculados à finalidade ou despesa específica serão ordenados em listas próprias para cada convênio, contrato de empréstimo ou de financiamento, fundo especial ou outra origem específica do recurso, cuja obtenção exija vinculação

**Art. 12.** No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da Ordem Cronológica.

**Art. 13.** A quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos somente ocorrerá quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente.

§ 1º. Consideram-se relevantes razões de interesse público as seguintes situações:

I. Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

II. Pagamento à microempresa, empresa de pequeno porte e demais beneficiários do Decreto no 8.538 de 6 de outubro de 2015, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

III. Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

IV. Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de um serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional;

V. Para afastar o risco de prejuízo ao erário, se houver indícios de falsidade ou de irregularidade grave da liquidação da despesa que resulte em fundada dúvida quanto à certeza e liquidez da obrigação de pagar;

VI. Perda da regularidade fiscal após a liquidação da despesa e antes da realização do pagamento.

§ 2º. Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Poder Executivo deverá disponibilizar mensalmente no Portal da Transparência a Ordem Cronológica de Pagamentos, bem como as justificativas que fundamentam a eventual quebra da ordem.

**Sessão III — Não se Aplica a Esta Normativa**

**Art. 14.** Não se sujeitarão ao disposto nesta Instrução Normativa os pagamentos decorrentes de:

I. Suprimento de Fundos, assim considerados as despesas realizadas em regime de adiantamento, nos termos do Artigo 68 da Lei Federal nº 4.320/1964;

II. Obrigações Tributárias e Previdenciárias;

III. Sentenças e decisões Judiciais ou Notificações do Tribunal de Contas;



# **Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**SECRETARIA DE FAZENDA  
INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI - 002/2020  
VERSÃO - 02**

- IV.** Concessionárias de serviços públicos de água, luz, telefonia e correios;
- V.** Vale Transporte e Vale Alimentação;
- VI.** Despesas provenientes de créditos adicionais extraordinários;
- VII.** Despesas com Publicações em Diário Oficial e outras publicidades de interesse público;
- VIII.** Pagamento de Pessoal.
- IX.** Diárias.
- X.** Tarifas Bancárias.
- XI.** Benefícios Eventuais.

## **CAPÍTULO VI DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**Art. 15.** Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto a Secretaria de Fazenda e na Unidade Central de Controle Interno que, por sua vez, através de procedimentos de controle e por meio de métodos de amostragem, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional.

**Art. 16.** Esta Instrução Normativa deverá ser atualizada sempre que fatores organizacionais, legais ou técnicos assim o exigirem, a fim de verificar a sua adequação aos requisitos da Instrução Normativa SCI nº 01/2013 (Norma das Normas), bem como manter o processo de melhoria contínua.

**Art. 17.** O descumprimento do previsto nos procedimentos aqui definidos será objeto de instauração de sindicância e do processo administrativo disciplinar para apuração da responsabilidade da realização do ato contrário às normas instituídas.

**Art. 18.** A realização de procedimentos de todas as unidades envolvidas, sem a observância das tramitações, registro e controles estabelecidos nesta Instrução Normativa estará sujeita à responsabilização administrativa, sem prejuízo das demais sanções legais.

**Art. 19.** Toda e qualquer irregularidade encontrada pelos servidores responsáveis pela Secretaria de Fazenda do Município de Santa Maria de Jetibá, bem como nas demais unidades sujeitas à observância desta Instrução Normativa, deverão obrigatoriamente ser comunicadas à autoridade competente, bem como à Unidade Central de Controle Interno — UCCI.

**Art. 20.** As Unidades da estrutura organizacional do município se obrigam a cumprir e zelar pelo fiel cumprimento dos procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa.

**Art. 21.** A não observância das condições e procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa constitui omissão de dever funcional, e poderá sujeitar os servidores e agentes que procederem indevidamente a imputação de responsabilidade, sem prejuízo de outras medidas administrativas.

**Art. 22.** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria de Jetibá-ES, 24 de Outubro de 2022.

**HILÁRIO ROEPKE**  
Prefeito Municipal

**SEBASTIÃO LUIZ SILLER**  
Controlador Geral

**VALDECIR JACOB**  
Secretário de Fazenda



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE FAZENDA**  
**INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI - 002/2020**  
**VERSÃO - 02**

**ANEXO I**

**ORDEM CRONOLÓGICA DE EXIGIBILIDADES**

Categoria: I - Fornecimentos de Bens - Competência: Mês _____									
Empenho	Nº Liquidação	Data	Nº Pagamento	Credor	Processo	Vlr. Liquidado	Vlr. Liquidado <u>Anulado</u>	Vrl. Desconto	Vlr. Pago

Categoria: II - Locações - Competência: Mês _____									
Empenho	Nº Liquidação	Data	Nº Pagamento	Credor	Processo	Vlr. Liquidado	Vlr. Liquidado <u>Anulado</u>	Vrl. Desconto	Vlr. Pago

Categoria: III - Realização de Obras - Competência: Mês _____									
Empenho	Nº Liquidação	Data	Nº Pagamento	Credor	Processo	Vlr. Liquidado	Vlr. Liquidado <u>Anulado</u>	Vrl. Desconto	Vlr. Pago

Categoria: IV - Prestação de Serviços - Competência: Mês _____									
Empenho	Nº Liquidação	Data	Nº Pagamento	Credor	Processo	Vlr. Liquidado	Vlr. Liquidado <u>Anulado</u>	Vrl. Desconto	Vlr. Pago

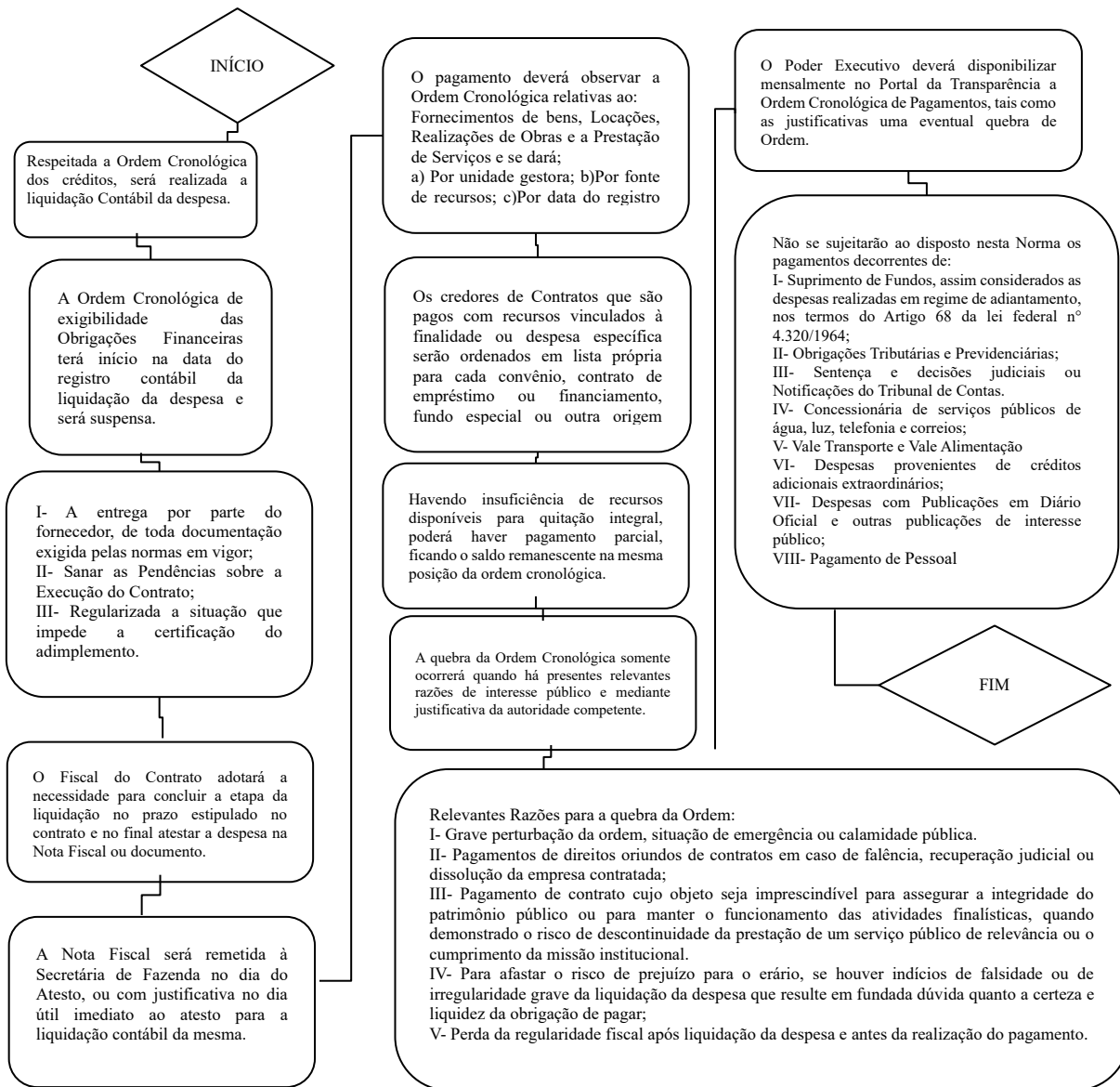


# Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## SECRETARIA DE FAZENDA INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI - 002/2020 VERSÃO - 02

### FLUXOGRAMA



ASSINADO DIGITALMENTE  
**CARLOS ALBERTO JARSKÉ**

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>





**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETO N° 252/2025**

**APROVA INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI - 02/2020 - VERSÃO 03, PROPOSTA PELA SECRETARIA DE FAZENDA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.**

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a CI/PMSMJ/SECFAZ N° 059/2025, protocolizada em 24/11/2025, sob o n° 2025 - 09P59;
- considerando a Resolução 227/11 e alterações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- considerando que o Controle Interno previsto no art. 2º, Incisos I a XLI da Lei Municipal nº 1.464/2012 deve ser regido por normas de procedimentos específicos para execução das atividades setoriais;
- considerando finalmente o disposto nos arts. 53, 56 e 72 da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica aprovada a Instrução Normativa abaixo relacionada, que faz parte integrante deste Decreto:

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SISTEMA FINANCEIRO - SFI – 002/2020 – VERSÃO 03 - “Dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos das Obrigações Financeiras do Município de Santa Maria de Jetibá - ES e dá outras providências”.**

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º.** Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1.328/2022 - Instrução Normativa SFI - 02/2020 - Versão 02.

**Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.**

Santa Maria de Jetibá-ES, 02 de dezembro de 2025.

**Ronan Zocoloto de Souza Dutra**  
Prefeito Municipal





**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI Nº 002/2020**  
**Versão 03**

**“DISPÕE SOBRE A ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**Versão: 03**

**Aprovação em:**

**Ato de aprovação:** Decreto nº

**Unidade Responsável:** Secretaria de Fazenda

**CAPÍTULO I**  
**DAS FINALIDADES**

**Art. 1º.** Esta Instrução Normativa tem por finalidade disciplinar as rotinas e procedimentos para cumprir a observância da ordem cronológica de pagamentos das obrigações financeiras relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, no Município de Santa Maria de Jetibá - ES.

**CAPÍTULO II**  
**DA ABRANGÊNCIA**

**Art. 2º.** A presente instrução normativa abrange todas as unidades da estrutura organizacional, das Administrações Direta e Indireta, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Santa Maria de Jetibá - ES.

**CAPÍTULO III**  
**DA BASE LEGAL**

**Art. 3º.** A presente instrução normativa integra um conjunto de ações, de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo Municipal, no sentido de disciplinar as rotinas e procedimentos para cumprir a observância da Ordem Cronológica de Pagamentos das obrigações financeiras relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, sobre o qual dispõem:

- I. Lei Federal nº 14.133/2021;
- II. Lei Federal nº 4.320/1964.

**CAPÍTULO IV**  
**DAS RESPONSABILIDADES**





**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Art. 4º.** São responsabilidades da Secretaria de Fazenda como unidade responsável por esta Instrução Normativa:

- I. Promover a divulgação e implementação desta Instrução Normativa, mantendo-a atualizada e supervisionando sua aplicação;
- II. Manter a Instrução Normativa à disposição de todas as Secretarias Municipais, zelando pelo fiel cumprimento da mesma;
- III. Cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos de controle e prazos e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

**CAPÍTULO V**  
**DOS PROCEDIMENTOS**  
**Seção I**  
**Categoria de contratos**

**Art. 5º.** O pagamento das obrigações contratuais deverá observar a ordem cronológica de exigibilidade para cada fonte diferenciada de recursos, separadamente por unidade administrativa e subdividida nas seguintes categorias de contratos:

- I. fornecimento de bens;
- II. locações;
- III. prestação de serviços; e
- IV. realização de obras.

**§ 1º.** As fontes de recursos constituem-se de agrupamentos específicos de naturezas de receitas, atendendo a uma determinada regra de destinação legal, evidenciando a origem ou a procedência dos recursos que devem ser gastos com uma determinada finalidade.

**§ 2º.** Os credores de contratos a serem pagos com recursos vinculados à finalidade ou à despesa específica serão ordenados em listas próprias para cada convênio, contrato de empréstimo ou de financiamento, fundo especial ou outra origem específica do recurso, cuja obtenção exija vinculação.

**Seção II**  
**Liquidação**

**Art. 6º.** Respeitada a ordem de classificação dos créditos, será realizada a liquidação contábil da despesa, de acordo com o art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

**Art. 7º.** A ordem cronológica de exigibilidade das obrigações financeiras terá início na data do registro contábil da liquidação da despesa, no sistema informatizado utilizado, e será suspensa até que:

- I. Efetuada a entrega por parte do fornecedor, de toda documentação exigida pelas normas em vigor;



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

II. Sanadas as pendências relativas à execução do contrato;

III. Regularizada qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação, momento em que o fornecedor será reposicionado na ordem cronológica a partir de sua regularização.

**Art. 8º.** O fiscal do contrato, com a supervisão do gestor, adotará as providências necessárias para a etapa de liquidação com a certificação do adimplemento da obrigação, no período estipulado no instrumento contratual ou equivalente e, feito isto, atestará a despesa em documento elaborado e acostado ao processo de pagamento, contendo as seguintes informações:

- I. número do contrato ou equivalente;
- II. período do ateste;
- III. valor a pagar;
- IV. nome da empresa;
- V. informações necessárias para caracterizar a especificidade do pagamento;
- VI. informações dos dados bancários do fornecedor.

**Parágrafo Único.** Devem ser observadas as regras para assinatura digital ou eletrônica em documentos e processos digitais ou eletrônicos vigentes no Município.

**Art. 9º.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser remetida à Secretaria de Fazenda no dia do atesto ou com justificativa, no dia útil imediatamente posterior ao de atesto para a liquidação contábil da despesa.

### **Seção III**

#### **Pagamento**

**Art. 10.** Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria nas terças-feiras e quintas-feiras, observada a ordem cronológica das liquidações.

**§ 1º.** Em caso de feriados ou relevante interesse público a regra do caput poderá ser excepcionada;

**§ 2º.** Os prazos para liquidação e pagamento são cláusulas que deverão obrigatoriamente constar nos contratos firmados a partir da aprovação desse dispositivo legal, conforme dispõe o inciso VI do art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021;

**§ 3º.** O disposto neste artigo não se aplica a despesa relacionada a pagamento de pessoal.

**Art. 11.** No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica original.

### **Seção IV**

#### **Da alteração da ordem cronológica**

**Art. 12.** A alteração da ordem cronológica poderá ser efetuada exclusivamente nas seguintes situações, conforme elencadas nos incisos de I a V, do § 1º, do art. 141 da Lei 14.133/2021, mediante prévia justificativa da autoridade competente, a saber:

- I. grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

II. pagamento aos seguintes tipos de fornecedores, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato:

- a) microempresa;
- b) empresa de pequeno porte;
- c) agricultor familiar;
- d) produtor rural pessoa física;
- e) microempreendedor individual; e
- f) sociedade cooperativa.

III - pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

IV - pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

V - pagamento de contrato quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional, cujo objeto seja imprescindível para:

- a) assegurar a integridade do patrimônio público; ou
- b) manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade.

**§ 1º.** O risco de descontinuidade do cumprimento do contrato ou da missão institucional será demonstrado mediante parecer técnico que justifique a alteração, contendo análise de impacto e alternativas disponíveis.

**§ 2º.** O Poder Executivo deverá disponibilizar mensalmente no Portal da Transparência a ordem cronológica de pagamentos, bem como as justificativas que fundamentam a eventual quebra da ordem.

**§ 3º.** Deverá ser comunicada posteriormente à Controladoria Geral Interna e ao Tribunal de Contas as situações que alterarem a ordem cronológica de pagamentos.

**§ 4º.** O prazo para a comunicação às autoridades listadas no parágrafo anterior deste artigo não poderá exceder a 30 (dias) dias contados da ocorrência do evento que motivou a alteração da ordem cronológica de pagamento.

## **Seção V**

### **Das exceções a ordem cronológica**

**Art. 13.** Não se sujeitarão ao disposto nesta instrução normativa os pagamentos decorrentes de:

I. suprimentos de fundos, assim consideradas as despesas realizadas em regime de adiantamento, nos termos do art. 68 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II. Vencimentos, diárias, e demais verbas de caráter remuneratório ou indenizatório devidas a servidores públicos;

III. obrigações tributárias e previdenciárias;



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

IV. necessários para dar cumprimento à sentença judicial, incluindo Requisições de Pequeno Valor (RPVs), depósitos judiciais, precatórios, multas, custas judiciais e taxas de entidades governamentais ou decisões do Tribunal de Contas;

V. concessionárias públicas de energia elétrica, água e esgoto, telefonia fixa e móvel, correios e postagem em geral e publicações de atos oficiais;

VI. repasses às organizações da sociedade civil ou subvenções sociais e econômicas;

VII. devoluções de tributos municipais;

VIII. devoluções de transferências voluntárias;

IX. repasses ao Poder Legislativo, Regime Próprio de Previdência Social ou entidades da administração indireta;

X. despesas provenientes de créditos adicionais extraordinários;

XI. Contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos; e

XII. demais despesas que sujeitas a normas previstas em legislação própria.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**Art. 14.** Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto a Secretaria de Fazenda e na Unidade Central de Controle Interno que, por sua vez, através de procedimentos de controle e por meio de métodos de amostragem, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional.

**Art. 15.** Esta instrução normativa deverá ser atualizada sempre que fatores organizacionais, legais ou técnicos assim o exigirem, a fim de verificar a sua adequação aos requisitos da Instrução Normativa SCI nº 01/2013 (Norma das Normas), bem como manter o processo de melhoria contínua.

**Art. 16.** O descumprimento do previsto nos procedimentos aqui definidos será objeto de instauração de sindicância e do processo administrativo disciplinar para apuração da responsabilidade da realização do ato contrário às normas instituídas.

**Parágrafo Único.** Havendo preterição indevida da ordem cronológica de pagamentos, o agente responsável pelo pagamento poderá incorrer nas penas do art. 337-H do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação específica.

**Art. 17.** Toda e qualquer irregularidade encontrada pelos servidores responsáveis pela Secretaria de Fazenda do Município de Santa Maria de Jetibá, bem como nas demais unidades sujeitas à observância desta instrução normativa, deverão obrigatoriamente ser comunicadas à autoridade competente, bem como à Unidade Central de Controle Interno — UCCI.

**Art. 18.** As Unidades da estrutura organizacional do município se obrigam a cumprir e zelar pelo fiel cumprimento dos procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa.



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Art. 19.** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria de Jetibá-ES, 2 de dezembro de 2025.

**RONAN ZOCCOLOTO SOUZA DUTRA**  
Prefeito Municipal

**PRISCILA JACOB KNAAK**  
Controladora Geral Interna

**VALDECIR JACOB**  
Secretário de Fazenda



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**FLUXOGRAMA**

